JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.412 – Brasília, terça-feira, 11 de julho de 2006

Geraldo Magela

Esforço concentrado: entre Marcos Guerra (*E*) e Ramez Tebet, Renan Calheiros preside sessão do Senado

Renan tenta acordo para limpar pauta

Presidente do Senado busca entendimento com líderes partidários para viabilizar a votação, até amanhã, de mais de 40 itens

A pauta do Plenário inclui, entre outras matérias, mais de 30 mensagens presidenciais com indicações de autoridades que já foram aprovadas por diversas comissões. A intenção do presidente do Senado, Renan Calheiros, é promover a votação de todas as propostas ainda esta semana. Mudanças no processo orçamentário poderão movimentar as discussões, pois há a expectativa de se votar, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Magalhães que institui o orçamento impositivo. **Página 3**

Geraldo Magela

Depois de destrancar a pauta na semana passada, aprovando mais de 50 matérias, Plenário deve avançar nas votações

Senadores criticam veto de Lula a reajuste de 16,67% para aposentados

Paim pede a congressistas que derrubem decisão, condenada também em discursos de ACM, Alvaro Dias e José Agripino. **Página 4**

Obrigação de bloquear celulares em presídios

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pode votar hoje o projeto que obriga as operadoras de serviço de telefonia móvel a instalarem bloqueadores de celulares nas penitenciárias estaduais e federais. O projeto de Rodolpho Tourinho recebeu parecer favorável de Demostenes Torres. A pauta inclui também a indicação de diretor para a Anac. **Página 5**

Célio Azevedo

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida por Heráclito Fortes (*E*), marcou reunião para as 10h de hoje

Senador informa que três áreas licitadas pela ANP na região de Barreirinhas foram arrematadas

Maranhão explora petróleo, anuncia João Alberto

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) anunciou ontem que o Maranhão tem gás e petróleo, os quais serão explorados nos próximos meses. Informou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) licitou três áreas inativas no estado, na região de Barreirinhas, que foram arrematadas por empresas diferentes.

A primeira área, conhecida por Oeste de Canoas, tem 80 quilômetros quadrados e o seu poço foi perfurado em 1971. Por causa da tecnologia usada na época, o poço não foi considerado comercial, mas, agora, ele deverá produzir 174 milhões de metros cúbicos de gás. Já o Campo de São João, com 15 quilômetros quadrados, chegou a produzir por cerca de quatro anos, sendo desativado em 1988. A sua produção é calculada em 3,5 milhões de barris de petróleo, além de 351 mil metros cúbicos de gás.

João Alberto se diz otimista com as perspectivas do Maranhão

A terceira área fica no município de Santo Amaro, com 21,3 quilômetros quadrados e capacidade para produzir 283 milhões de metros cúbicos de gás.

Jucá pede ao governo ajuda para vítimas de inundação em RR

Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou que está encaminhando ofício ao Ministério da Integração Nacional e à Secretaria Nacional de Defesa Civil para solicitar providências no sentido de minimizar os efeitos dos problemas causados pelo inverno em Roraima. Segundo o parlamentar, em razão das inundações, vários municípios, principalmente no interior do estado, já decretaram estado de emergência.

Jucá diz que há localidades ilhadas e vários municípios em estado de emergência

Jucá também registrou a comemoração dos 116 anos de Boa Vista no último domingo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Congresso pode votar LDO

O Congresso reúne-se em sessão conjunta, às 12h, para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. O texto define parâmetros para a elaboração do Orçamento do próximo governo, que toma posse no ano que vem. Às 14h, os senadores retomam a análise das proposições da agenda mínima a ser examinada antes das eleições. Entre as propostas em pauta, a emenda constitucional que obriga a presença do presidente da República na sessão de abertura de todo ano legislativo.

Comércio com a China é tema de audiência na CAE

Senadores, representantes das indústrias e o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, discutem as relações comerciais entre o Brasil e a China na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. A economia chinesa é importadora de ferro, aço e soja brasileira. No entanto, o volume de mercadorias pirateadas de origem chinesa que chegam ao Brasil é um entrave para o desenvolvimento das relações bilaterais. A CAE também pode votar a criação da Super-Receita.

CPI dos Sanguessugas ouve empresário em Cuiabá

Um grupo de parlamentares da CPI dos Sanguessugas está em Cuiabá, onde vai ouvir o dono da Planam, Darci José Vedoin, acusado de pagar propina para que parlamentares participassem de suposto esquema de compra superfaturada de ambulâncias com verbas do Orçamento da União. Ontem, a CPI ouviu a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino.

Indicação para diretor da Anac

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se às 11h para votar mensagem com a indicação de Josef Barat para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Também deverá ser analisado projeto que obriga as operadoras de telefonia celular a providenciarem a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais. A medida visa impedir o uso desses aparelhos celulares por presidiários.

Auditorias e projetos para o consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai discutir, às 11h30, auditorias do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades em obras públicas; projeto que estende a todos os clientes de serviços contínuos as vantagens oferecidas para novas adesões; e proposta de campanha de alerta sobre riscos da escassez de água, incentivando a moderação no consumo.

Relatório final do saneamento

Está previsto o debate do relatório final da Comissão Especial Mista de Saneamento, às 15h. A última versão do texto do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) é baseada no modelo do governo federal em tramitação na Câmara, que concede a titularidade dos serviços de saneamento aos municípios.

Recursos do FAT para estágios

A Comissão de Educação (CE) analisa, às 11h, projeto que permite o uso do FAT para financiar estágio remunerado; proposta que torna obrigatório o ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares; e atos de outorga e renovação de concessões para exploração de serviços de rádio e de TV.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich e Denise Costa (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Marcos Guerra, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho e Flexa Ribeiro

Cristovam Buarque vê clima de guerra civil no país

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou em Plenário que o Brasil já ultrapassou a barreira da violência e vive, hoje, em clima de guerra civil. Na opinião do senador, a União precisa estar na linha de frente do combate ao problema. Assim, deveria criar uma agência específica para tratar de questões relativas à segurança interna do país.

– O Ministério da Justiça não é preparado para enfrentar essa guerra civil – sustentou.

Além da montagem de um sistema de inteligência capaz de antecipar o planejamento de atos criminosos e, desta forma, evitá-los, essa agência deveria contar com liberdade para executar operações especiais nos estados, disse Cristovam. O senador propôs ainda a convocação do Conselho da República para discutir saídas para o atual quadro de insegurança e reivindicou a unificação salarial e um sistema de capacitação para todos os policiais militares do país.

Roosewelt Pinheiro

Cristovam sugere agência específica para questões relativas à segurança interna

Dante de Oliveira

Cristovam Buarque também reverenciou a memória do ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira, que morreu na última quinta-feira. O senador destacou a coragem de Dante, como deputado, ao apresentar uma proposta (eleições diretas) que parecia absurda no final do regime militar e enfrentar as forças que se opunham à idéia.

Presidente do Senado busca viabilizar votação de indicações de autoridades, propostas que estão prontas para deliberação e ainda matérias que deverão chegar da Câmara

Renan quer esforço concentrado para limpar pauta até amanhã

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que buscará acordo com líderes para viabilizar até amanhã a votação, entre outras matérias que figuram na pauta de deliberações do Plenário, das mais de 30 mensagens presidenciais com indicações de autoridades, com parecer favorável de diversas comissões da Casa. A pauta foi desbloqueada na semana passada, quando foram aprovadas mais de 50 proposições.

Renan afirmou que ainda há propostas prontas para votação, além de matérias que deverão chegar da Câmara. A intenção do presidente do Senado é que a Casa faça um esforço concentrado para limpar toda a pauta ainda nesta semana.

Mudanças no processo orçamentário deverão movimentar as discussões, já que há a expectativa de se votar, em primeiro turno, a PEC 22/00, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que institui o orçamento impositivo.

Sobre o veto do presidente da República ao aumento de 16,67% concedido recentemente pelo Congresso aos aposentados e pensionistas, Renan Calheiros ponderou que, apesar de a atitude não refletir a vontade do Legislativo, é o presidente Lula quem tem o poder sobre as finanças do país, para saber se seria ou não possível conceder o reajuste.

Geraldo Magela

Renan (*E*) ao lado de Tebet e ACM, este último o autor da PEC do orçamento impositivo

Juvêncio anuncia manifestação de agentes penitenciários em Brasília

Ao comentar ontem os recentes assassinatos de agentes penitenciários no estado de São Paulo, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) anunciou que representantes dessa categoria profissional estarão em Brasília, amanhã, para apresentar uma série de reivindicações. O senador ressaltou que "o agente penitenciário, hoje, sai de casa para trabalhar sem saber se voltará".

– Temos de receber muito bem essas pessoas – disse o senador, acrescentando que, "infelizmente, quando o PCC fala, é ouvido em âmbito nacional; mas, quando o agente penitenciário fala, ninguém o ouve".

Juvêncio destacou que uma das preocupações dos agentes penitenciários se refere à atuação da Força Nacional de Segurança Pública – que age sob a autoridade do Ministério da Justiça – durante as rebeliões.

Roosewelt Pinheiro

Juvêncio observa que "ninguém ouve quando o agente penitenciário fala"

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) ponderou que, em vez da Força Nacional, seria melhor investir nas polícias estaduais, "criando forças especiais dentro do próprio estado".

– Isso seria melhor porque as polícias estaduais têm o mapa da criminalidade na mão e conhecem melhor os locais em que atuam os criminosos e quem são estes.

Azeredo critica a execução orçamentária no governo Lula

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou, ontem, a execução orçamentária no governo Lula, principalmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Conforme o senador, com o contingenciamento da área de segurança pública será difícil aplicar medidas de contenção da violência no país.

– Ainda que se faça a ressalva de a aprovação do Orçamento ter sido tardia, não justifica desembolso tão pequeno – protestou.

Azeredo condenou ainda a não-liberação de emendas de parlamentares da oposição, que, conforme afirmou, prejudicou muitos municípios brasileiros. Para o parlamentar, o contingenciamento de recursos do Orçamento não faz sentido na medida em que atualmente já é possível prever a receita orçamentária, mês a mês, do ano seguinte.

Ele lembrou, a propósito, a votação, hoje ou amanhã, no Plenário do Senado, da PEC que torna o orçamento impositivo.

"Lista de Furnas"

Eduardo Azeredo informou que a Polícia Federal reconheceu que a chamada "lista de Furnas", que acusa diversos parlamentares de envolvimento com desvio de recursos da estatal, inclusive o próprio senador, teria sido forjada.

O senador disse ainda lamentar a morte do ex-deputado federal e ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira, ocorrida em Cuiabá na última quinta-feira. Aos 54 anos, ele foi vítima de infecção generalizada causada por problemas pulmonares e diabetes.

– Dante estava animado e feliz; pronto para voltar à vida pública – lembrou Azeredo.

Roosewelt Pinheiro

Educação, saúde e segurança pública são as áreas mais prejudicadas, diz Azeredo

Garibaldi analisa perfil do eleitor e defende investimentos em educação

Geraldo Magela

Garibaldi: Estado, poderes e políticos devem lutar para melhorar educação

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comentou pesquisa divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o perfil do eleitor brasileiro que votará nas eleições de outubro. Segundo a pesquisa, votarão cerca de 126 milhões de brasileiros, sendo que dois terços desse total, ou 84 milhões de pessoas, concluíram apenas o ensino fundamental e somente 8% concluíram o ensino médio.

Para o senador, o fato demonstra a necessidade de mais investimentos oficiais em educação no nível médio, especialmente nas escolas técnicas federais e estaduais, que oferecem em seus currículos ensino profissionalizante. Uma das conseqüências benéficas do incremento do ensino médio profissionalizante seria o aumento da produtividade da indústria, que passaria a oferecer mais empregos, sustentou.

– É obrigação do Estado e de todos os poderes, assim como da classe política, lutar de forma coesa para a melhoria da educação no país – assinalou Garibaldi.

O senador acrescentou que apenas 3,3% do eleitorado, ou 4 milhões de pessoas, segundo a pesquisa do TSE, terminaram curso superior, fato que comprova, a seu ver, o despreparo de um grande número de pessoas até para cumprir suas obrigações cívicas, como votar.

Veto a reajuste para aposentados é criticado

Quatro senadores criticaram ontem, em discursos no Plenário, o veto do presidente Lula ao reajuste de 16,67% – o mesmo concedido ao salário mínimo – nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O aumento havia sido aprovado pelo Congresso Nacional na semana passada, por meio de emenda ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/06, oriundo da Medida Provisória 288/06, que aumentou o salário mínimo para R$ 350 em abril.

O ato do presidente da República, publicado ontem no *Diário Oficial* da União, vetou o parágrafo inserido pelos deputados estendendo o reajuste aos aposentados que ganham acima de um salário mínimo.

O veto provocou a manifestação de Alvaro Dias (PSDB-PR), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN) e Paulo Paim (PT-RS), além de outros senadores que os apoiaram em apartes.

A principal crítica é quanto ao fato de que, sem a concessão de aumento real para essas aposentadorias e pensões, seus valores serão gradualmente defasados até chegar todas a um salário mínimo, independentemente do montante sobre o qual os beneficiários tenham contribuído quando trabalhavam.

Roosewelt Pinheiro

Virgílio diz que, no Amazonas, instituições são criadas só para "sustentar parasitas"

Virgílio: "conselhos fictícios" empregam aliados políticos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a prática, que ele disse ser muito comum no Amazonas, de criar conselhos, supostamente voltados para a assistência social, que têm como finalidade, na verdade, empregar aliados políticos.

– Ex-prefeito não é profissão. Isso é uma manifestação de desrespeito com o dinheiro público. O Estado tem que deixar de alimentar parasitas para cuidar de seres humanos. O Amazonas não tem, por exemplo, escolas especiais para autistas. Com o devido suporte, essas pessoas poderiam viver de seus talentos especiais – frisou, relatando a visita que fez à Associação de Amigos dos Autistas do Amazonas.

Roosewelt Pinheiro

Ana Júlia pede a manutenção de proposta para garantir a liberação dos recursos

Senadora lamenta mudança em projeto de urbanização

Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez um apelo ao prefeito de Belém, Duciomar Costa, pela manutenção do projeto original de construção de vias de acesso nas proximidades do conjunto residencial do Banco da Amazônia (Basa). Segundo ela, os moradores protestam contra a decisão da prefeitura de alterar o traçado da obra para construir um "atalho" passando por dentro do conjunto.

– Essa mudança é inadequada e tecnicamente indevida. A Caixa só vai liberar os recursos para os 30% que faltam da obra se for seguido o projeto original aprovado – advertiu.

Alvaro Dias

Roosewelt Pinheiro

Medida é injusta e diminui qualidade de vida de idosos

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de o presidente Lula ter vetado o reajuste de 16,67% nos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. O senador classificou o gesto do presidente de "medida injusta" e disse que as "perversas defasagens" nos benefícios concedidos pelo INSS a aposentados ocorrem desde 1991 quando "houve a desvinculação das aposentadorias em relação ao salário mínimo".

– Se persistir esse arrocho, em dez anos nenhum aposentado ou pensionista do INSS receberá mais do que o salário mínimo, embora tenha contribuído com dez vezes mais, e tenha tido, na ativa, salários de até 50 vezes mais – alertou Alvaro.

Para ele, tal defasagem nos benefícios dos inativos provoca empobrecimento, perda da auto-estima, degradação familiar e diminuição da qualidade de vida dos idosos brasileiros.

O senador acusou o governo federal de "aplicar indevidamente" recursos da Previdência Social para compor o chamado superávit primário.

– Esse veto deve ser motivo de lamentação para todos nós. O Congresso pode até rejeitar o veto, mas isso não vem acontecendo, raramente o Congresso Nacional derruba um veto do presidente da República – afirmou Alvaro.

Antonio Carlos

Roosewelt Pinheiro

"Maldade de Lula é comparável à de vilã de novela"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comparou o presidente Lula à vilã da novela *Belíssima,* exibida até a semana passada pela TV Globo, por ter vetado o reajuste de 16,67% aprovado pelo Congresso Nacional para os aposentados e pensionistas do INSS.

– Lula não é igual a Fernanda Montenegro, que é uma grande atriz. Ele não passa de um mambembe. Lula é igual à personagem que ela interpretou, Bia Falcão. A maldade é a mesma – afirmou.

Correios

Antonio Carlos também condenou a "entrega dos Correios ao PMDB", o que classificou como o primeiro pagamento pelo apoio de parte do PMDB à campanha de Lula à reeleição. Segundo o senador, esse fato "retoma a prática do mensalão".

– Não é possível que um governo que fez tantas sandices, que roubou tanto, venha com os mesmos métodos afrontar a nação. É a mesma coisa, a mesma tristeza, a mesma desgraça. A primeira prestação já foi paga ao PMDB. Outros ainda vão receber – disse ACM.

O senador também criticou o ex-ministro das Relações Institucionais e atual candidato do PT ao governo da Bahia, Jaques Wagner, o qual teria dito que de 15 em 15 dias virá a Brasília para buscar recursos para sua campanha.

José Agripino

Geraldo Magela

Empréstimo consignado gerou endividamento

O líder do PFL, José Agripino (RN), criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter vetado o reajuste de 16,67% concedido aos aposentados pelo Congresso.

– Tenha, presidente, condescendência com os aposentados. Respeite a decisão do Congresso Nacional – pediu.

Agripino condenou ainda o governo por ter, conforme afirmou, incentivado aposentados e pensionistas do INSS a contraírem empréstimos consignados em folha.

Os aposentados, ressaltou o senador, muitas vezes sem necessidade dos recursos, contraíram os financiamentos atraídos pelos juros baixos praticados pelos bancos.

– Devido a isso, em muitos pequenos municípios do país, os aposentados estão sem condições de pagar até mesmo as contas de água e energia elétrica.

O senador lamentou também a participação dos bancos BMG e Rural, envolvidos no escândalo do mensalão, nas operações de concessão de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas.

– Aqueles que foram os beneficiados [com o mensalão] são exatamente os que propiciaram a infelicidade e o infortúnio dos aposentados do Brasil – assinalou Agripino.

Paulo Paim

Roosewelt Pinheiro

Aumento vetado pode ser inserido em emenda à MP 291

Paulo Paim (PT-RS) apelou aos congressistas para que "enfrentem" o veto de Lula ao aumento para aposentados e pensionistas com a aprovação de emenda introduzindo o reajuste de 16,67% na MP 291/06 (que limita em 5% o reajuste desses benefícios previdenciários).

Paim afirmou que aposentados e pensionistas do INSS começaram a amargar prejuízos no governo passado, com a adoção do "fator previdenciário" para cálculo dos benefícios.

Em apartes, os senadores César Borges (PFL-BA) e Leonel Pavan (PSDB-SC) apoiaram a reivindicação do petista.

Políticas afirmativas

Paim também anunciou a realização de audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), no dia 8 de agosto, sobre as políticas afirmativas e de cotas que têm como eixo o projeto do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03). Essa discussão deve envolver ainda, conforme acrescentou, projeto de lei da deputada Nice Lobão (PFL-MA) que propõe reserva de vagas nas universidades federais para alunos do ensino médio da rede pública, com condições especiais de acesso a estudantes negros e índios.

Jane Araújo

Comissão de Educação examinará relatório que aponta problemas na aplicação de fundo

Fust não é aplicado em projetos de inclusão digital, diz relatório do TCU

Está na pauta da Comissão de Educação (CE), com reunião prevista para hoje, às 11h, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) referente à auditoria realizada no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou voto pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informações ao TCU.

Segundo Azeredo, a auditoria verificou dificuldades para a aplicação do fundo. O relatório do TCU informa que, em meados de 2005, os recursos ultrapassavam R$ 3,6 bilhões e que deveriam ser aplicados em projetos de inclusão digital. No entanto, de acordo com o tribunal, o montante serviu para compor o superávit primário das contas públicas.

O Fust foi criado em 2000, como fonte de financiamento da universalização de serviços de telecomunicações prestados em regime público. Segundo a lei que o instituiu (9.998/00), cabe ao ministro das Comunicações definir os projetos que serão financiados com recursos do fundo.

A CE pode examinar ainda projeto (PLS 177/02) do senador José Agripino (PFL-RN) que estabelece o financiamento de estágio remunerado em empresas e universidades com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto favorável à proposta. O texto tramita em conjunto com o PLS 52/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que pretende estabelecer que os recursos do FAT financiem cursos superiores de graduação.

Outro projeto em pauta na comissão, também em decisão terminativa, é o PLS 6/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a fim de determinar a obrigatoriedade do ensino médio entre os deveres do Estado com a educação. Consta ainda da pauta da CE projeto (PLS 281/03) de Efraim Morais (PFL-PB) que institui a obrigatoriedade do ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Embalagem de produto de limpeza deve estimular economia de água

Projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) propondo que propaganda e embalagens de produtos de limpeza contenham advertência sobre a necessidade de consumo moderado de água deverá ser votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na justificação do PLS 176/05, Crivella afirma que o risco de escassez da água doce no mundo, intensificado pela poluição e pelo desperdício, fundamenta a proposta. O projeto determina que essas advertências sejam exibidas em local adequado e que sejam impressas em dimensões apropriadas para facilitar a identificação e a leitura do aviso.

Crivella argumenta ainda que a água limpa está cada vez mais rara e, por isso, mais cara, nas regiões mais habitadas do Brasil. Apesar disso, informa o senador, o desperdício desse recurso natural chega a 70% nas cidades brasileiras.

– O Brasil concentra cerca de 12% de todas as reservas mundiais de água doce [a maior parte na Amazônia], mas o uso inadequado compromete esse recurso em várias regiões – ressalta Crivella.

Aprovada na Comissão de Educação (CE) na forma de substitutivo apresentado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), a proposição tramita agora na CMA em decisão terminativa.

Medida que visa evitar uso de celular em presídio deve ter votação terminativa hoje na CI. O texto prevê multa de até R$ 160 mil para empresas que descumprirem as normas

Operadora pode ser obrigada a instalar bloqueador de celular

O projeto que obriga as empresas operadoras de serviço de telefonia móvel a instalarem bloqueadores de celulares nas penitenciárias estaduais e federais pode ser votado hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em reunião marcada para as 10h. O projeto (PLS 137/06), do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), terá decisão terminativa na comissão e recebeu parecer favorável do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O PLS 137/06 prevê que as operadoras de telefonia celular deverão também prestar serviços de manutenção, troca e atualização tecnológica dos bloqueadores instalados. Estabelece ainda a multa de, no mínimo, R$ 30 mil e, no máximo, R$ 160 mil, para as empresas que descumprirem as normas. Persistindo as irregularidades, haverá a perda do direito de exploração do serviço móvel pessoal, conforme o texto.

O projeto, alega Tourinho, é um "imperativo de segurança pública, ante a onda de violência ocorrida nos dias 12, 13, 14 e 15 de maio deste ano, que traumatizou todo o estado de São Paulo, especialmente a capital, estendendo-se ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul".

Célio Azevedo

Tourinho considera que sua proposta é um "imperativo de segurança pública"

Roosewelt Pinheiro

Para Demostenes, uso de celulares por detentos ultrapassa limites de tolerância

Na opinião do relator da matéria, o uso de aparelhos celulares por parte dos detentos ultrapassou todos os limites de tolerância.

– Todos os dias, tomamos conhecimento de extorsões praticadas de dentro dos presídios. Os chefes das organizações comandam confortavelmente seus negócios sem sair das celas, disparando telefonemas para os demais comparsas. Assim, ou se termina de vez com a farra do uso de celular nas penitenciárias, ou perderemos espaço para as organizações criminosas – afirmou Demostenes.

A comissão deverá votar também a Mensagem 167/06, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Josef Barat para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A mensagem, enviada pela Presidência da República, tem como relator o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

CAS vota projeto que cria gratificação por tempo de serviço para celetistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne amanhã, às 9h30, para votar uma pauta com 16 projetos, entre os quais o que institui gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados celetistas, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposta tem decisão terminativa na comissão e recebeu voto favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

Pelo projeto (PLS 267/05), todos os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que tenham remuneração mensal igual ou inferior ao teto máximo do salário-família (atualmente R$ 414,78) terão direito ao pagamento adicional por tempo de serviço. O benefício será devido na proporção de 5% da remuneração do empregado por cada três anos de serviço prestado à mesma empresa, passando a integrar, para todos os fins, a remuneração do trabalhador.

O projeto também proíbe a dispensa do empregado nos seis meses anteriores à aquisição do direito ao adicional, ressalvadas as hipóteses de falta grave, reestruturação administrativa ou financeira da empresa devidamente comprovada e mútuo consentimento.

Talidomida

Outra matéria em pauta, não terminativa, é o PLS 19/06, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos portadores de deficiência física conhecida como síndrome da talidomida. O projeto é de Marco Maciel (PFL-PE) e tem parecer favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A CAE vota ainda o PLS 145/06, não terminativo, que trata das restrições para a demissão sem justa causa do empregado portador da síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), do vírus HCV (hepatite C) e de doença grave contagiosa.

Roosewelt Pinheiro

Proposta de Valadares beneficia aqueles que hoje recebem salário de até R$ 414,78

Outros projetos que constam da pauta tratam de: liberação seletiva do controle de preços de medicamentos que pertençam a categorias em condições favoráveis de competição (PLS 28/06); atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias (PLS 41/06); e distribuição gratuita de medicamentos de uso continuado às pessoas carentes (PLS 111/03).

Roosewelt Pinheiro

Segundo José Jorge, apenas R$ 69 mil foram liberados de emendas de bancada

José Jorge denuncia corte de recursos para Pernambuco

José Jorge (PFL-PE) protestou ontem, em Plenário, contra o que considera descaso do governo com o Nordeste, em especial com Pernambuco. O senador afirmou que do total de R$ 298 milhões previstos para o estado no Orçamento da União de 2006, decorrentes de emendas de bancada, até agora foram empenhados R$ 30 milhões, mas só foram liberados R$ 69 mil, de acordo com informações do *Jornal do Commercio* de Pernambuco.

O senador afirmou ser difícil obter recursos e que, em virtude do processo eleitoral em curso, as obras só poderiam ser feitas no final de outubro, após as eleições.

– A falta de recursos inviabilizará quaisquer obras propostas pelos parlamentares – protestou, citando dados do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi).

José Jorge enumerou as diversas obras previstas no Orçamento para Pernambuco cujos recursos foram contingenciados, como as de infra-estrutura do Porto de Suape; a duplicação da BR-232 entre Caruaru e São Caetano; a expansão do aeroporto do Recife; e a retomada de obras das adutoras de Pirapama.

O parlamentar pernambucano declarou que o contingenciamento de recursos já ocorria no governo Fernando Henrique Cardoso, mas "recrudesceu no governo Lula". Na avaliação de José Jorge, o bloqueio de verbas é ruim para o país.

Senador explica que data prevista no Estatuto da Cidade para conclusão de estudos neste ano deve ser alongada por conta de procedimentos exigidos pela própria lei

Flexa Ribeiro quer ampliar prazo para planos diretores municipais

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou projeto de lei que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) para permitir a prorrogação da elaboração dos planos diretores municipais até o dia 30 de dezembro de 2007.

O Estatuto da Cidade, que passou a vigorar em 2001, determina que os municípios alcançados pela exigência constitucional de elaboração de planos diretores (cidades com mais de 20 mil habitantes) deveriam concluir esses estudos até o ano em curso.

"Ocorre que os próprios procedimentos fixados no Estatuto da Cidade, que requerem ampla participação social no processo de elaboração de planos diretores, exigem prazos muitas vezes alongados. O aporte técnico e a mediação de conflitos que permeiam um processo dessa natureza, antes mesmo que o projeto seja encaminhado às câmaras de vereadores, nem sempre atendem aos cronogramas arbitrados", explica Flexa Ribeiro na justificação ao PLS 93/06.

Moreira Mariz

Limite estipulado na proposta de Flexa Ribeiro é o dia 30 de dezembro de 2007

Conforme o senador, a determinação legal para a elaboração de planos diretores foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional com a promulgação da Constituição de 1988. De acordo com Flexa Ribeiro, os planos diretores servem para nortear a política de desenvolvimento e expansão urbana, além de permitir o combate à ociosidade do solo urbano e à especulação imobiliária.

"A Constituição determinou que a desapropriação especial de propriedades urbanas ociosas fosse antecedida de medidas administrativas, como a determinação de parcelamento ou edificação compulsórios, além da adoção do imposto predial e territorial progressivo no tempo", argumenta Flexa Ribeiro.

O senador acrescenta que a sucessão de penalidades legais previstas para combater a ociosidade do solo ficou vinculada à aprovação prévia de uma lei federal de diretrizes de política urbana, cujas normas estão reunidas na proposição que instituiu o Estatuto da Cidade.

O projeto apresentado por Flexa Ribeiro tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e tem como relator o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Iris defende mutirão para levar moradia a 52 milhões de pessoas

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) sustentou que só um grande projeto nacional de mutirão poderá dar "moradia decente" a 52 milhões de brasileiros que vivem em favelas. Ela sugere que o governo federal forneça material de construção, os estados construam redes de esgoto e água e asfaltem as ruas e as prefeituras forneçam os lotes em um amplo programa de mutirão. Os beneficiados se encarregariam da mão-de-obra para construir as casas.

Iris citou relatório das Nações Unidas segundo o qual 25% dos brasileiros estarão morando em favelas dentro de 14 anos. Em todo o mundo, cerca de 16% dos habitantes das cidades moram em favelas.

– O documento revela que as condições de moradia afetam quem vive nas favelas: eles passam mais fome, têm menos educação e menos emprego e têm mais doenças que os demais habitantes das cidades.

Conforme a senadora, que recebeu apartes de César Borges (PFL-BA) e Leonel Pavan (PSDB-SC), um estudo feito no Rio de Janeiro "apresentou uma constatação chocante: viver na favela é uma barreira maior na hora de conseguir emprego do que ser negro ou mulher".

Geraldo Magela

Brasileiros que vivem em favelas seriam os beneficiados com sugestão de Iris

Roosewelt Pinheiro

Ministro do Turismo teria descumprido promessa relativa a emendas, diz Pavan

Pavan reclama de verbas não liberadas para Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ontem estar decepcionado com o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, que teria descumprido promessa de liberação de recursos para municípios de Santa Catarina. As verbas foram destinadas a esses municípios em razão de emendas apresentadas ao Orçamento da União por esforço do senador.

– O governo está prejudicando municípios pequenos, que precisam da construção de uma praça ou de um portal turístico – lamentou o senador, que encaminhou à Mesa a lista das localidades que seriam beneficiadas pela Emenda de Bancada 71260013 – LOA/2006 – 54101 – Ministério do Turismo, num total de R$ 11,05 milhões.

Conforme Pavan, a emenda de bancada registrava o valor total de R$ 20 milhões, mas ele teria aberto mão de R$ 5 milhões, por acordo com Mares Guia e Aloizio Mercadante (PT-SP). Esse valor não teria sido aplicado para que o governo pudesse liberar recursos de emendas de Ideli Salvatti (PT-SC). Restaram R$ 15 milhões, dos quais foram liberados R$ 4,95 milhões.

Apesar de ter recebido nova promessa – de liberação do dinheiro em novembro –, Pavan disse não se conformar, sobretudo por se considerar amigo de Mares Guia e um senador dedicado à causa do turismo, tendo sido o autor das propostas que levaram à criação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Geraldo Magela

Mesquita Júnior: conforme pesquisa, 60,7% dos jovens estão desempregados

Qualificação pode reduzir desemprego entre jovens, diz Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) comentou matéria de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual 60,7% dos jovens entre 15 e 24 anos estão desempregados, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Polis e o Ibase em sete regiões metropolitanas e mais o Distrito Federal. Em São Paulo, disse o senador, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Seade, a desocupação atinge 27,2% dos adolescentes entre 18 e 24 anos.

– Isso traduz absoluta incompetência e descaso do Estado brasileiro com sua juventude. É necessária uma política pública de consistência que possa mostrar aos jovens que o Brasil não é tão cruel assim – destacou.

Mesquita Júnior fez um apelo ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pela celeridade da tramitação no colegiado da PEC 25/06, de sua iniciativa, que visa à capacitação de jovens de 16 a 24 anos nos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Simon apela ao STF para que julgue processos contra parlamentares

Ao comentar a reportagem "Museu vivo do Código Penal", publicada na revista *Veja*, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que foi o autor de uma das propostas que deram origem à Emenda Constitucional 35/01, que trata da imunidade parlamentar. Simon apelou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que julgue os processos envolvendo parlamentares. A matéria da revista destaca que pelo menos 130 dos 594 integrantes do Congresso Nacional estão sob investigação por suspeita de terem cometido algum tipo de crime.

Antes da Emenda Constitucional 35/01, o STF só poderia julgar um deputado ou um senador depois de obter a autorização de sua Casa de origem: a Câmara ou o Senado. O Supremo é o foro privilegiado no qual deputados e senadores são julgados.

Com a emenda, o processo se inverteu: o Supremo pode processar o parlamentar sem ter de solicitar autorização do Congresso. Desde então, o máximo que a Câmara ou o Senado pode fazer é sustar o processo, se houver iniciativa nesse sentido por parte de partido político, aprovada pela maioria dos membros da Casa.

Fotos: Roosewelt Pinheiro

Simon afirma acreditar na coragem da presidente do Supremo, Ellen Gracie

– Nenhum homem que ocupou a presidência do Supremo antes de Ellen Gracie teve coragem para julgar um parlamentar, mas eu acredito nessa extraordinária ministra – disse Simon.

Apartearam Simon os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Leonel Pavan (PSDB-SC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Líder do PMDB apela ao Congresso Nacional para que defina rapidamente marco regulatório, lembrando que projeto é fruto de amplo debate

Suassuna defende aprovação de novas regras para saneamento

Ao fazer um apelo ao Congresso Nacional para que defina rapidamente um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Brasil, o líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), defendeu a aprovação do projeto proposto pelo governo federal.

O PL 5.296/05, que tramita na Câmara desde maio de 2005, lembrou Suassuna, contou com ampla participação da sociedade em seu processo de elaboração. A proposição, depois de ter suspensa sua tramitação na Câmara, está sendo consolidada, na Comissão Mista Especial de Saneamento, com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 155/05, que defende interesses de companhias estaduais de saneamento.

O líder peemedebista reclamou do fato de o PL 5.296/05 não ter merecido a devida atenção na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara.

Para Suasssuna, SUS deveria participar da execução das ações de saneamento

– A nova Política Nacional de Saneamento Básico e seu marco regulatório têm sido tratados com certa indiferença por parte do Congresso e da comissão.

Suassuna criticou ainda a falta de participação – contrariando dispositivo constitucional – do Sistema Único de Saúde (SUS) na formulação da política e na execução das ações de saneamento.

Apoiando o estabelecimento de um marco regulatório que assegure a sobrevivência das companhias estaduais de saneamento, Suassuna, por outro lado, recordou que a maior capilaridade no setor obtida por meio da declaração da titularidade municipal dos serviços de saneamento, conforme proposto pelo PL 5.296/05, deverá permitir às prefeituras fiscalizar e regular os serviços.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) alertou Suassuna para a possibilidade de o projeto do governo, se aprovado integralmente, desestruturar todo o sistema de saneamento no país.

– Isso [a aprovação do PL 5.296/05] vai fazer com que as empresas estaduais quebrem e os governos estaduais não queiram investir na área. O setor privado não vai investir de forma nenhuma – afirmou César Borges.

Renan destaca contribuição de Dante de Oliveira para a democracia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou ontem a morte do ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira. Dante faleceu na última quinta-feira, aos 54 anos, em Cuiabá, vítima de infecção generalizada causada por problemas pulmonares e diabetes.

Deputado constituinte pelo PMDB no início da década de 80, Dante destacou-se pela apresentação da emenda que propunha eleições diretas para a Presidência da República em 1985. A proposição foi derrotada, mas a Emenda Dante de Oliveira, como passou a ser chamada, foi marco na mobilização popular conhecida como Diretas Já.

– O vínculo de Dante de Oliveira com a democracia do Brasil estará gravado para sempre nas melhores páginas de nossa história – afirmou Renan.

Tourinho tem proposta para FGTS de domésticas

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu projeto de sua autoria (PLS 175/06) que dispensa o empregador doméstico do pagamento de 40% de multa do FGTS a seu empregado, em caso de demissão sem justa causa.

– Assim acaba com a polêmica que está prejudicando a aplicação da lei em benefício das domésticas – destacou o senador.

De acordo com Tourinho, o novo projeto serviria para evitar o aumento do grau de informalidade dos trabalhadores domésticos e que os empregadores desistam de manter seu empregado em função da aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/06. Essa proposta trata também de benefícios para as trabalhadoras domésticas, como pagamento do FGTS – hoje facultativo – e proibição de desconto no salário de despesas com vestuário, higiene, alimentação e moradia, entre outras medidas que beneficiam o trabalhador doméstico. O projeto ainda não foi sancionado pelo presidente Lula, que, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, deverá vetar a obrigatoriedade do pagamento do FGTS pelo empregador, bem como do pagamento da multa.

O recolhimento do FGTS – que tem alíquota de 8% sobre o salário – e da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa foi incluído pelo Congresso na Medida Provisória 284, que originalmente dava benefício fiscal para os empregadores com o objetivo de estimular a formalização do trabalho doméstico – dedução na declaração do Imposto de Renda da contribuição ao INSS, que tem uma alíquota de 12%.

Pavan critica decisão do Ibama que proíbe observação de baleias

Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra norma do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) proibindo a observação de baleias-francas por turistas no litoral de Santa Catarina. Pavan considerou a medida arbitrária e criticou a justificação do Ibama, segundo a qual a observação dos cetáceos por turistas perturba o animal em seu habitat.

Pavan disse que a observação das baleias-francas nos municípios de Camboriú, Garopaba, Vila e outros, da região de Imbituba, é uma atividade rentável para a população local, integra o calendário turístico ecológico e não representa perigo para os animais.

O senador informou que uma comissão coordenada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina estará em Brasília amanhã para audiência no Ibama e com a assessoria do Ministério do Meio Ambiente, objetivando rever a proibição.

Tebet saúda sul-mato-grossenses campeões de vôlei de praia

Ramez Tebet (PMDB-MS) saudou quatro atletas de Três Lagoas (MS), sua cidade natal, que se tornaram campeões mundiais de vôlei de praia em campeonato promovido pela Confederação Esportiva Internacional do Trabalho, em nove partidas disputadas na Áustria.

Os atletas são Weliton de Barros, Giovane Prates, Leandro Coelho e Frederico Damasceno. Para viajar, eles tiveram de receber ajuda da prefeitura de Três Lagoas, do Serviço Social da Indústria (Sesi) e da empresa Organizações Unidas.

O senador lamentou o fato de a conquista dos atletas de Mato Grosso do Sul não ter merecido nenhuma notícia nos grandes jornais brasileiros porque "o Brasil e o mundo só tinham olhos nos últimos dias para a Copa do Mundo de Futebol".

Tebet lamenta que feito de atletas não tenha sido divulgado por grandes jornais

Professor foi aprovado em concurso da USP, informa Tuma

Tuma saúda Noedir Stolf por direção no Incor

Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou ontem o cirurgião Noedir Antônio Groppo Stolf pela obtenção, por meio de concurso da Universidade de São Paulo (USP), do cargo de professor titular de Cirurgia Toráxica e Cardiovascular do Instituto do Coração (Incor), do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

– O professor Stolf tem "a grande honra", conforme suas próprias palavras, de suceder os professores Euryclides Zerbini, Adib Jatene e Sérgio Almeida de Oliveira como diretor da Divisão de Cirurgia Toráxica e Cardiovascular do Incor – acrescentou.

Tuma disse que, em entrevista divulgada no *website* de Dráuzio Varella, o professor Stolf explicou que houve uma mudança no perfil dos pacientes sujeitos à cirurgia coronariana, devido ao aumento da perspectiva de vida da população. O cirurgião assinalou que os pacientes são hoje mais idosos e muitos apresentam problemas cardíacos que exigiram colocação de *stents* (alargadores de artérias) ou mesmo outra cirurgia.

Apesar disso, continuou, o índice de mortalidade é inferior a 3% e, se forem excluídos os doentes com problemas pulmonares que já tiveram derrames ou que fumaram a vida inteira, o risco cai para menos de 1%. Segundo Tuma, o professor Stolf garantiu que, com sua equipe, manterá a cirurgia cardiovascular da Faculdade de Medicina da USP na vanguarda da ciência e o Incor como centro de excelência da cardiologia brasileira e mundial.

Plenária de colegiado acontecerá de 19 a 21 em Córdoba, na Argentina. Com novo integrante, bloco deterá três quartos do PIB da América do Sul, além de um comércio acima de US$ 300 bilhões

Comissão do Mercosul discutirá incorporação da Venezuela ao bloco

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) deverá começar a discutir a incorporação efetiva da Venezuela, durante reunião plenária que acontecerá nos dias 19 a 21 próximos, em Córdoba, na Argentina. A previsão é do presidente da seção brasileira da comissão, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), para quem a adesão do país ajudará a consolidar o principal bloco econômico da América do Sul.

Atualmente, a delegação venezuelana tem direito a voz, mas não a voto, nas reuniões da CPCM. Para Zambiasi, a adesão do país como membro pleno da comissão será uma conseqüência natural do ingresso formal da Venezuela no Mercosul, anunciado no último dia 4, em Caracas. Com o novo integrante, o Mercosul passará a ter um produto interno bruto (PIB) equivalente a US$ 1 trilhão, o que corresponde a três quartos de toda a economia sul-americana, além de um comércio global superior a US$ 300 bilhões.

– Hoje ainda existe a visão de que o Mercosul interessa apenas ao Sul do Brasil e aos países situados no sul do continente. Com a entrada da Venezuela, desmistifica-se esse conceito de que se trata de um bloco econômico ligado apenas ao Cone Sul – disse Zambiasi, em entrevista à Agência Senado.

Presidente da seção brasileira, Zambiasi vê avanço na integração comercial sul-americana

Na opinião do senador, o ingresso da Venezuela pode representar mais um passo em direção à construção de um único bloco econômico na América do Sul. A seu ver, o Mercosul ganha mais condições de vir a absorver os integrantes do Bloco Andino – Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – e conquistar países independentes, como o Chile.

Para que o Mercosul se consolide, porém, será necessário garantir maior atenção aos seus sócios menores, como adverte Zambiasi. Durante a próxima reunião plenária, observa, não haverá como deixar de discutir as queixas que vêm sendo apresentadas ao bloco pelo Paraguai e pelo Uruguai. Os governos desses dois países têm alertado para a necessidade de melhor distribuição, entre os sócios, dos benefícios do processo de integração. O Uruguai chegou, inclusive, a analisar a possibilidade de buscar um acordo de livre comércio diretamente com os Estados Unidos.

Segundo o parlamentar, deputados e senadores dos países que integram o Mercosul podem ajudar a construir soluções negociadas para o futuro do bloco. Essa contribuição, a seu ver, se tornará mais concreta a partir da instalação do Parlamento do Mercosul, prevista para dezembro deste ano.

– Ficará cada vez mais clara a importância da interlocução do Parlamento na busca de soluções para as crises – acredita Zambiasi.

O protocolo de criação do Parlamento do Mercosul, que sucederá a CPCM, já foi aprovado pelo Poder Legislativo do Paraguai, mas ainda precisa ser ratificado pelos Congressos Nacionais dos demais sócios. Atualmente, a comissão conjunta realiza plenárias no território de cada um dos quatro países originais do Mercosul, que se revezam na presidência do colegiado a cada seis meses. Uma vez aprovado, o futuro Parlamento do Mercosul terá sede em Montevidéu.

Relações Exteriores analisa relatório de Suplicy contra voto de censura a Chávez

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá votar amanhã relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contrário à proposta de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que o Senado apresente voto de censura aos atos do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que restringem a liberdade de imprensa.

Ao justificar sua proposta, Virgílio afirma que "o mundo livre, inclusive o Brasil, vem manifestando preocupação com atos do presidente Hugo Chávez, impondo restrições à liberdade de imprensa na Venezuela". O senador acrescenta que Chávez instituiu penas de seis a 30 meses de prisão para quem ofender o presidente da República de forma grave.

Por sua vez, Suplicy afirma que, apesar das boas intenções de Virgílio na defesa da liberdade de imprensa, a Constituição brasileira, no artigo 4º, estabelece o princípio da não-intervenção e da não-ingerência em assuntos internos de outros países. Daí, segundo ele, a inconstitucionalidade da proposição.

Na mesma reunião, a CRE votará proposta de Paulo Paim (PT-RS) com voto de louvor ao bispo Desmond Mpilo Tutu, um dos líderes do movimento contra o racismo e o regime do *apartheid* na África do Sul. O bispo Tutu ganhou o prêmio Nobel da Paz em 1984 por sua luta *antiapartheid*.

Nesse regime, criado na África do Sul em 1948 e extinto em 1990, os brancos detinham o poder e os povos restantes eram obrigados a permanecer separados – em bairros, escolas, praias, cinemas – e não tinham direito ao voto livre. Com eleições livres em 1994, os sul-africanos elegeram presidente o negro Nelson Mandela, considerado terrorista pelo regime do *apartheid* e preso de 1962 a 1990.

Suplicy lembra princípio constitucional de não-intervenção em assuntos de outros países

A CRE também deverá votar, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 301/04) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que determina a obrigatoriedade do uso de colete salva-vidas em helicópteros destinados a operações sobre grandes extensões de água. O relator é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

fotos: Roosewelt Pinheiro

Números sobre investimentos não são confiáveis, diz César Borges

César Borges contesta dados do governo

César Borges (PFL-BA) criticou o governo em razão da divulgação de números sobre investimentos públicos, que, segundo disse, "não seriam precisos nem confiáveis". Ele citou como exemplo os cerca de R$ 400 milhões aplicados nas obras de transposição de águas do rio São Francisco, projeto que está embargado pela Justiça.

– Através de uma artimanha contábil, o ministro da Fazenda inflou artificialmente o valor dos investimentos – disse o senador, acerca de dados divulgados na semana passada.

De acordo com César Borges, dos investimentos anunciados – R$ 35,3 bilhões, desde 2003 – apenas R$ 26,8 bilhões teriam sido efetivamente pagos até junho. A origem da diferença estaria na decisão do Tesouro Nacional de classificar como "liquidado" todo valor empenhado no fim do ano. Em muitos casos, como o da transposição, em que só foram pagos R$ 116 milhões em projetos, os empenhos seriam relativos a obras nem sequer iniciadas, disse.

O senador observou ainda que, em 2005, foram empenhados e supostamente liquidados investimentos de R$ 17,3 bilhões, mas o valor pago não passou de R$ 5,9 bilhões. E, em 2006, teriam sido pagos mais R$ 4,6 bilhões, o que totalizaria R$ 10,5 bilhões.

– O ministro preferiu omitir o fato de que na média do governo Lula os investimentos correspondem a 0,7% do PIB, inferior à média registrada no segundo mandato do governo Fernando Henrique, de 0,9% do PIB – disse.